RESUMO SIMPLES - APRESENTAÇÃO ORAL - GT4 - PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E SAÚDE MENTAL UNIVERSITÁRIA.

SAÚDE MENTAL E PSICOPEDAGOGIA: PRÁTICAS TERAPÊUTICAS NO ENSINO SUPERIOR

Gilmara Moreno Furtado Teodoro (gilmaramorenofurtado@gmail.com)

Gabriela Silva (gabriela.silva@uenf.br)

Aline Moreira Rodrigues (nutri.alinesm@gmail.com)

O presente estudo analisa de forma crítica e analítica a relevância e a necessidade de estruturação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) de caráter verdadeiramente ativo na promoção da saúde mental e do bem-estar coletivo dentro do contexto do ensino superior brasileiro contemporâneo, seja no setor público ou no privado. Diante do aumento contínuo e altamente expressivo de demandas de ordem emocional, cognitiva e psicossocial no ambiente acadêmico atual, a atuação desse setor de apoio mostra-se indispensável para viabilizar o acolhimento qualificado, ético e sistemático de todo o corpo discente, promovendo um ecossistema educativo que seja saudável, integrado, democrático e propício para o desenvolvimento pessoal e acadêmico de todos.

Sob essa ótica integradora, a atuação estratégica e continuada do NAP deve pautar-se firmemente pelo princípio da intersetorialidade, que demonstra de forma empírica e teórica que as intervenções clínicas tradicionais e isoladas são insuficientes para responder à complexidade das vivências universitárias. Portanto, as práticas terapêuticas mais eficazes e com resultados duradouros

são aquelas que articulam diretamente ações robustas e integradas nas esferas psicopedagógicas, de assistência social e psicológicas. Essa integração sinérgica, integrada e de cooperação mútua evita de forma eficaz a fragmentação do cuidado ao estudante, permitindo compreender e atuar sobre as dimensões multifatoriais que envolvem o desempenho acadêmico, o sofrimento psíquico, as vulnerabilidades socioeconômicas e os desafios de adaptação de cada indivíduo à rotina acadêmica, superando visões reducionistas.

Por fim, ressalta-se com grande vigor que a importância do atendimento e do acompanhamento qualificado e direcionado a estudantes com dificuldades ou transtornos de aprendizagem fundamenta-se não apenas em uma escolha pedagógica ou de gestão administrativa interna das instituições de ensino. Na verdade, tal acompanhamento contínuo e especializado constitui um dever legal e constitucional, baseado no cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei 13.146/2015) e das diretrizes, portarias e normativas vigentes do MEC/INEP, as quais asseguram de forma compulsória a permanência estudantil de estudantes com necessidades específicas através de plenas condições de equidade e de acessibilidade metodológica ativa, garantindo que o direito constitucional à educação superior seja materializado com igualdade, justiça social e plena dignidade humana para todos.

Palavras-chave: saúde mental; núcleo de apoio psicopedagógico; intersetorialidade; lei brasileira de inclusão; permanência estudantil.